



JOÃO LUÍS FERNANDES
FÁTIMA VELEZ DE CASTRO
COORD.

CONFIANÇAS E MEDOS NA EUROPA CONTEMPORÂNEA

REDES, ASILO E MINORIAS

A obra “**Confianças e medos na Europa contemporânea: redes, asilo e minorias**” enquadra-se no âmbito dos riscos antrópicos, de domínio social. Partindo da escala europeia, apresenta oito estudos de casos, realizados por autores de diversas áreas (Estudos Europeus, Relações Internacionais, Direito, Segurança, Geopolítica, etc), numa lógica interdisciplinar. Pretende-se refletir e estimular o debate sobre o tema da mobilidade e da (in)segurança, do ponto de vista das migrações e das políticas migratórias, das redes, das fronteiras, da energia, das minorias, da geopolítica.

Trata-se de uma temática atual e de grande relevância, que está na ordem do dia dos discursos políticos e da opinião pública. Espera-se, desta forma, contribuir para o debate esclarecido e cientificamente fundamentado, que possa vir a ser útil na elucidação dos agentes políticos, da academia e da sociedade em geral.



ESTRUTURAS EDITORIAIS

Série Riscos e Catástrofes
Estudos Cindínicos

ANTIGOS DIRETORES | FORMER MAIN EDITORS

Luciano Lourenço
Universidade de Coimbra

DIRETOR PRINCIPAL | MAIN EDITOR

Fátima Velez de Castro
Universidade de Coimbra

DIRETORES ADJUNTOS | ASSISTANT EDITORS

Adélia Nunes, Bruno Martins, João Luís Fernandes | António Vieira
Universidade de Coimbra Universidade do Minho

ASSISTENTE EDITORIAL | EDITORIAL ASSISTANT

Fernando Félix
Universidade de Coimbra

COMISSÃO CIENTÍFICA | EDITORIAL BOARD

Ana Meira Castro
Instituto Superior de Engenharia do Porto

Angela Santos
Universidade de Lisboa

António Duarte Amaro
Escola Superior de Saúde do Alcoitão

António Betâmio de Almeida
Instituto Superior Técnico

Cristina Queirós
Universidade do Porto

Felícia Fonseca
Instituto Politécnico de Bragança

Fernando Granja Martins
Universidade do Algarve

Helena Fernandez
Universidade do Algarve

Humberto Varum
Universidade de Aveiro

José Simão Antunes do Carmo
Universidade de Coimbra

Maria José Roxo
Universidade Nova de Lisboa

Mário Talaia
Universidade de Aveiro

Miguel Castro
Instituto Politécnico de Portalegre

Paulo Nossa
Universidade de Coimbra

Romero Bandeira
Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Porto

Tomás de Figueiredo
Instituto Politécnico de Bragança

Antenora Maria da Mata Siqueira
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Carla Juscélia Oliveira Souza
Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil

Esteban Castro
University of Newcastle, Reino Unido

José António Vega
Centro de Investigación Forestal de Lourizán, Espanha

José Arnaez Vadillo
Universidad de La Rioja, Espanha

Lidia Esther Romero Martín
Universidad Las Palmas de Gran Canaria, Espanha

Maria Augusta Fernández Moreno
Universidade Católica do Equador, Equador

Miguel Castillo Soto
Universidad de Chile

Mohammed El-Fengour
University of Rabat, Marrocos

Montserrat Díaz-Raviña
Inst. de Investigaciones Agrobiológicas de Galicia, Espanha

Norma Valencio
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Ricardo Alvarez
Florida Atlantic University, Estados Unidos da América

Teresa da Silva Rosa
Universidade Vila Velha, Brasil

Virginia Araceli García Acosta
Universidad Nacional Autónoma de México

Xavier Ubeda Cartaña
Universidad de Barcelona, Espanha

Yvette Veyret
Université Paris X, França

JOÃO LUÍS FERNANDES
FÁTIMA VELEZ DE CASTRO
COORD.

CONFIANÇAS E MEDOS NA EUROPA CONTEMPORÂNEA

REDES, ASILO E MINORIAS



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

IMAGEM DA CAPA

Photo by Esra Korkmaz via Pexels

PRÉ-IMPRESSÃO

Fernando Félix

EXECUÇÃO GRÁFICA

KDP

ISBN

978-989-26-2727-4

ISBN DIGITAL

978-989-26-2728-1

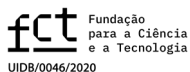
DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2728-1>

DEPÓSITO LEGAL

546350/25

APOIOS



This work is funded by FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia
under the project UIDB/00460/2020

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	9
PARTE I - PERSPETIVAS SOBRE REDES, FRONTEIRAS, RISCOS E INSEGURANÇAS	11
A questão da segurança energética na formulação das políticas energéticas da União Europeia entre 2015 e 2023 Nathana Garcez	13
Insegurança transfronteiriça: desafios no controlo de redes e grupos organizados com mobilidade elevada Nélio Guerreiro	49
A renovação dos riscos geopolíticos e as tendências securitárias de uma nova regionalização do mundo Gustavo Glodes Blum	89
A externalização: um novo paradigma na europeização da política de asilo Natacha Rodrigues	147
PARTE II - MIGRAÇÕES E MINORIAS DIANTE DE UMA RENOVADA VALORIZAÇÃO POLÍTICA DOS TERRITÓRIOS NACIONAIS	161
Llegadas no autorizadas a la UE: Discursos de legitimidad, derechos humanos y justicia Sara Carrasco Granger	163
Extremófilos sociais: categorizando a vulnerabilidade em situações extremas Pedro Camilo de Figueirêdo Neto	181
A situação da juventude nas periferias da França Amanda Evelyn Cavalcanti de Lima	213
Estratégias indígenas no ártico em transformação: mudança climática, política e estratégia da perspectiva Sámi Pedro Allemand Mancebo Silva	237
CONCLUSÃO	259

(Página deixada propositadamente em branco)

PREFÁCIO

Os tratados de paz que puseram formalmente termo à Primeira Guerra Mundial encetaram uma profunda reestruturação da ordem da Europa. Os três impérios europeus tinham desaparecido, formam-se catorze novos Estados, erguem-se 11.000 quilómetros de novas fronteiras exteriores. As minorias tornam-se maiorias, as maiorias, minorias, os movimentos de êxodo atingem dimensões assinaláveis. As mutações da cartografia política transformaram o carácter das migrações. Numerosas migrações internas tornaram-se migrações transnacionais. Antigas tradições migratórias e sistemas migratórios tradicionais reduziram-se a pequenos fluxos circulares ou foram bloqueados pelas fronteiras, conflitos entre Estados ou pela intervenção protecionista do Estado.

Quer no plano estratégico, quer a nível das organizações internacionais, as ameaças são cada vez mais e fortes. Torna-se imprescindível um planeamento estratégico, um serviço de informação eficiente e prontidão. Correm-se sempre riscos. Hoje as ameaças são diferentes, pelos atores, são globais, e, como tal, são mais difíceis de identificar e caracterizar. Variam, sendo as mesmas, em função das conjunturas e interpretações diferentes. Segundo Ulrich Beck, na sociedade de risco regista-se uma tendência para o crescimento e expansão de formas de criminalidade mais violentas e mais imprevisíveis. Cresce o sentimento de insegurança e um medo difuso dos cidadãos, fruto da tomada de consciência de ameaças e de vulnerabilidades sejam elas tangíveis ou intangíveis. Urge a concretização de estratégias, o fortalecimento de sistemas de segurança nacionais e internacionais e o desejável diálogo transnacional.

O conflito regional é uma particularização geográfica dos conflitos. Os conflitos regionais não continuam a ser um fenómeno comum no âmbito das situações conflituais?

As crescentes necessidades energéticas e o desfasamento entre a procura e a disponibilidade geram tensões e guerras e são multiplicadores de riscos e ameaças.

As situações extremas não incidem nem afetam apenas os países menos desenvolvidos. O desânimo social instalado em novas gerações poderá ser instrumentalizado por movimentos radicais e com recurso a práticas violentas ou subversivas.

As alterações climáticas e segurança estão intimamente ligadas. O risco das deslocações massivas associa-se aos desastres naturais e as razões não naturais e nestas relevem-se as situações de conflito, de violação dos direitos humanos, e com consequências humanitárias e securitárias.

No discurso sobre a imigração agita-se muito o fenómeno da inversão da pirâmide demográfica. O fenómeno é muito mais global. A imigração tornou-se um fenómeno social que existe e que há que enquadrar e regulamentar.

As assimetrias de crescimento populacional e a globalização do envelhecimento e das migrações são pontos importantes da relação complexa entre demografia e segurança.

A multiplicação de riscos políticos deve ser encarada como um resultado importante das transformações pelas quais passa o Sistema Internacional... O território é, na realidade, uma dinâmica socioespacial... nunca está “terminado” ou plenamente “conquistado”.

As dinâmicas que se apresentam como riscos geopolíticos devem-se a novos desafios ao exercício da soberania com que se defrontam os Estados.

Esse complexo de crises é um somatório de diferentes crises que ocorrem no Sistema Internacional. Poder-se-á dizer como defende Ulrich Beck, que “não se opera apenas uma mudança, mas sim uma metamorfose”.

Esta obra, que agora o Leitor pode fruir, visa refletir e estimular a reflexão sobre temáticas do nosso hoje: riscos e ameaças, insegurança e vulnerabilidade, migrações, minorias, territórios, periferias, mudanças climáticas. Questões estas e outras de interesse que merecem a atenção particular dos Autores e dos Coordenadores que percorrem caminhos de intervenção num debate transdisciplinar.

É nesta linha que se inscreve este promissor trabalho.

Coimbra, Portugal, dezembro de 2024

Maria Manuela Tavares Ribeiro
Prof.^a Catedrática de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

INTRODUÇÃO

João Luís J. Fernandes

Universidade de Coimbra, CEIS20 e RISCOS (Portugal)
Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo
ORCID: 0000-0002-9419-631X jfernandes@fl.uc.pt

Fátima Velez de Castro

Universidade de Coimbra, CEIS20 e RISCOS (Portugal)
Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo
ORCID: 0000-0003-3927-0748 velezcastro@fl.uc.pt

Os textos que agora se publicam foram apresentados, a partir de maio de 2023, nas três edições do ciclo de conferências “Confianças e Medos na Europa Contemporânea”, organizadas no âmbito do Grupo “Europeísmo, Atlanticidade e Mundialização”, do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20).

Envolvendo temas como redes; as migrações e as políticas migratórias e de asilo; a demografia política, os direitos humanos e a afirmação das minorias e de grupos não hegemónicos; as fronteiras e os atores transnacionais; a segurança energética e as novas configurações e regionalizações geopolíticas, este ciclo tem como objetivo equacionar o presente e perspetivar o futuro da Europa num planeta instável e em constante mudança.

Organizado em dois grupos e oito capítulos, esta obra está centrada no território europeu e nas suas dinâmicas internas e de relação com os mundos que existem para além dos seus limites permeáveis.

Por isso, as referências conceptuais que aqui se apresentam e discutem, têm como ponto de partida quadros empíricos que atravessam várias escalas de análise e diferentes contextos locais, regionais e nacionais deste contexto global em transformação.

Sabe-se que o tempo presente é um desafio; que os conflitos militares ameaçam a integridade de populações e trazem incertezas alargadas; que as democracias ocidentais e liberais e as sociedades abertas estão sob pressão e que o avanço das tecnologias digitais alteraram os referenciais do passado.

Na sequência de todos estes caminhos cruzados, tem-se assistido à concentração dos poderes económico e político e ao aumento das polarizações. Também se tem notado a multiplicação das linhas de fratura e a aceleração dos processos de desacoplamento que dividem e afastam entre si grupos sociais, espaços geográficos de proximidade, regiões e microterritórios urbanos.

Atendendo a todo este enquadramento, será importante problematizar as coesão interna das sociedades e dos territórios europeus, assim como analisar, com o devido alcance temporal, a arquitetura das interdependências da Europa e as pontes que se estabelecem com as dinâmicas e os espaços geográficos mais ou menos próximos ou longínquos.

No entanto, para este exercício plural, exigem-se janelas de observação amplas e diversificadas. Nesse sentido, os oito autores que contribuíram para este trabalho conjunto, têm múltiplas proveniências científicas de base, que vão do Direito à Geografia, da Sociologia aos Estudos Europeus, das Relações Internacionais à Ciência Política, da Economia à Filosofia ou à Geopolítica.

Esta abrangência e abertura, assim como o diálogo multi e interdisciplinar que aqui se apresenta, permitem-nos equacionar os medos que se detetam no presente e se podem projetar no devir da Europa. No entanto, transportam-nos também para a confiança que deriva das instituições, dos quadros normativos, dos sistemas de valores e do capital humano que podem garantir um continente europeu enquanto espaço geográfico com qualidade de vida, segurança, coesão, hospitalidade e, com tudo isto, um projeto de futuro.

Por fim, com mais esta publicação, integrada na Série “Riscos e Catástrofes”, a Riscos- Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, dará mais um passo no sentido da consolidação dos estudos integrados na urgente e oportuna temática dos riscos sociais e antrópicos.

PARTE II:
MIGRAÇÕES
E MINORIAS
DIANTE DE
UMA RENOVADA
VALORIZAÇÃO
POLÍTICA DOS
TERRITÓRIOS
NACIONAIS

(Página deixada propositadamente em branco)

**A SITUAÇÃO DA JUVENTUDE NAS
PERIFERIAS DA FRANÇA**
**THE SITUATION OF YOUNG PEOPLE IN
THE FRENCH SUBURBS**

Amanda Evelyn Cavalcanti de Lima

Universidade de São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência (Brasil)
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia
ORCID: 0000-0001-8720-6076 amandaevelyncl@gmail.com

Resumo: A morte do jovem Nahel Merzouk desencadeou uma série de protestos que chamaram atenção para a situação dos jovens nas periferias. Os protestos serão analisados a partir da teoria da justiça procedimental e da sociologia dos protestos das juventudes na França. O argumento é que esses protestos fazem parte de um ciclo ativo pelo menos desde os anos 1970. Adicionalmente, argumenta-se que a repetição desses protestos evidencia que o Estado que chega aos jovens nas periferias francesas é o punitivo.

Palavras-chave: Juventude, França, protestos.

Abstract: The death of young Nahel Merzouk triggered a series of protests that drew attention to the situation of young people in the suburbs. The protests are analysed using the theory of procedural justice and the sociology of youth protests in France. The argument is that these protests are part of a cycle that has been active since at least the 1970s. In addition, it is argued that the repetition of these protests shows that the State that reaches young people in the French suburbs is punitive.

Keywords: Youth, France, riots.

Introdução

Este capítulo é o resultado de uma reflexão que teve como ponto de partida a experiência da autora em um estágio de pesquisa no exterior realizado na França entre março e setembro de 2023. Assim, não se trata de sua pesquisa principal, mas da necessidade de compreender os acontecimentos do período e dar a eles sentido sociológico a partir tanto da teoria da justiça procedimental quanto da sociologia dos protestos de jovens na França. É também um exercício de estranhamento à apresentação do Estado francês como unitário, forte e republicano. A conclusão inicial é que as ranhuras tornadas evidentes a partir dos acontecimentos que serão aqui narrados não são particulares da França e impõem desafios consideráveis ao Estado como modelo de organização política, à União Europeia como comunidade e à democracia em um contexto de avanço da extrema-direita, da aguda crise migratória e da piora da qualidade de vida para as classes menos favorecidas. A análise dos acontecimentos indica que uma série de desigualdades se sobrepõem e atingem de maneira significativa um grupo populacional específico, os jovens.

Em 27 de junho de 2023, Nahel Merzouk foi assassinado por um policial em Nanterre, região metropolitana de Paris (“Mort de Nahel à Nanterre: on vous résume les premiers éléments de l’enquête”, 2023). Merzouk, então com 17 anos de idade e de ascendência marroquina-argelina, dirigia de maneira imprudente quando desobedeceu a uma ordem de parar. Alvejado por um policial que estava no para-brisas do carro, o jovem morreu antes de chegar ao hospital. Esse acontecimento foi o estopim de uma série de protestos contra a violência policial, um problema que França e Brasil compartilham e que são objeto de pesquisas no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). O NEV tem investigado como a legitimidade das instituições é construída ou minada no cotidiano a partir da teoria da justiça procedimental, cujo pressuposto é que a qualidade do contato entre servidores e cidadãos é constituinte da legitimidade de instituições-chave da democracia, entre elas, a polícia (NEV/USP, 2019).

A partir da teoria da justiça procedimental (Bottoms & Tankebe, 2012; Bradford & Quinton, 2014; Lévy, 2016; Tyler, 1990, 2003, 2007) e da sociologia dos protestos dos jovens (Mucchielli, 2011), a análise empreendida aqui tem como

argumento que os protestos contra a violência policial motivados pelo assassinato de Nahel Merzouk fazem parte de um ciclo de protestos ativo pelo menos desde os anos 1970, guardando entre si semelhanças importantes como o estopim, geralmente a morte de um jovem não-branco, o local de moradia desse jovem, a periferia das grandes cidades francesas, e o repertório de ação, o incêndio de carros e prédios públicos. A continuidade desses protestos ao longo do tempo mostra que as reivindicações desses jovens não têm sido atendidas e que o Estado que chega às periferias que eles habitam, tão próximas dos grandes centros franceses, é o punitivo. Ainda que façam parte do ciclo de protestos das juventudes periféricas, os protestos aqui analisados também se inseriram no contexto de protestos contra a reforma da previdência social que terá consequências importantes para as próximas gerações.

Para lidar com essas questões, parto da teoria da justiça procedimental, que será parte do aporte teórico. Em seguida, apresento os dados sobre os jovens na União Europeia reunidos pelo Eurostat. Depois, analiso as questões latentes na França em 2023, indicando a relação entre os riscos para os jovens e para a democracia daquele país. Em seguida, será descrito o caso de Nahel e sua inserção no contexto mais amplo de protestos das juventudes periféricas na França. Por fim, as considerações finais trarão questões pertinentes para pesquisas futuras.

A teoria da justiça procedimental

Desde 2013, o NEV/USP desenvolve a pesquisa “Construindo a legitimidade no dia-a-dia: direitos humanos, violência e confiança institucional”. O objetivo principal é compreender como a legitimidade das instituições é construída ou minada no cotidiano, analisando a qualidade dos contatos entre essas instituições e os cidadãos tendo como ponto de referência teórico a teoria da justiça procedimental (TJP) (Tyler, 2003).

De acordo com essa teoria, a qualidade do contato entre servidores públicos e os indivíduos influencia positivamente a obediência às leis. Em outras palavras, se os indivíduos são suficientemente esclarecidos sobre os procedimentos praticados

pelos servidores e se a interação entre eles se dá de maneira respeitosa, transparente e neutra, os cidadãos tenderiam a aceitar as decisões desses servidores mais facilmente, mesmo quando elas não forem favoráveis, porque as considerarão justas e legítimas (Gisi *et al.*, 2019, 2023).

Dessa maneira, fica evidente que a legitimidade se constrói de maneira dialógica, na interação entre servidores, especialmente aqueles ligados às instituições responsáveis pela aplicação da lei, e os cidadãos. Parte significativa dos trabalhos que têm como referencial teórico a justiça procedimental investigam as interações entre os cidadãos e os policiais, que entre os membros das instituições de aplicação da lei são os que costumam ter mais interações com o público (Bradford & Quinton, 2014; Debbaut & De Kimpe, 2023; Jonathan-Zamir & Harpaz, 2018; Nix & Wolfe, 2015; Tankebe, 2011, 2014). Os resultados parciais das pesquisas do NEV/USP sobre a qualidade dos contatos entre instituições de manutenção da ordem e os cidadãos em São Paulo¹ mostram uma realidade muito distante do que é preconizado pela TJP, com interações em que vieses de raça e gênero são evidentes e que a confiança dos cidadãos nessas instituições é baixa (Piccirillo, 2024)

Atinente ao tema deste capítulo, destaca-se o relatório “A experiência precoce e racializada com a polícia: contatos de adolescentes com as abordagens, o uso abusivo da força e a violência policial no município de São Paulo (2016-2019)” (Oliveira *et al.*, 2023). Em 2016, os pesquisadores responsáveis pelo estudo realizaram um questionário com 800 adolescentes estudantes de escolas estaduais, municipais e privadas do município de São Paulo, à época com 11 anos. O mesmo questionário foi reaplicado anualmente para os mesmos adolescentes quando possível, resultando em 702 adolescentes que responderam ao questionário nos 4 anos de pesquisa. O abuso no uso da força pelas polícias contra pessoas negras era um tema central tanto nacional quanto internacionalmente no período.

¹ São Paulo é a capital do estado de São Paulo e a maior metrópole brasileira, contando com 12 milhões de habitantes. É também o centro financeiro do país, sendo um dos principais pólos culturais da América Latina. Ao mesmo tempo, é uma cidade com intensas desigualdades de desenvolvimento social e renda, cujo principal marcador é a distância das áreas centrais da cidade - com maior IDH - e as zonas periféricas. São Paulo também convive com uma aglomeração itinerante de usuários. São Paulo também convive com uma aglomeração itinerante de usuários de drogas popularmente conhecida como Cracolândia que se movimenta no centro histórico da cidade.

Composto por 30 perguntas, o questionário tinha como temas a autoridade dos pais, relações escolares, percepções sobre a polícia e sobre as leis. Os resultados demonstraram que adolescentes negros e pardos sofrem com abordagens policiais mais cedo e mais frequentemente que seus colegas brancos. Eles também tem uma visão mais negativa sobre a polícia, que não os trataria de maneira respeitosa, neutra e transparente (Oliveira *et al.*, 2023; Piccirillo, 2024). Chama atenção nos resultados a distinção que os entrevistados realizam entre as ações policiais direcionadas a pessoas brancas, que seguiriam os preceitos da TJP e aquelas direcionadas a pessoas negras e pardas, que não seguiriam. Os entrevistados evitam caracterizar os policiais como racistas, mas entendem essas ações a partir de uma lógica de combate ao crime que tem alvos preferenciais e que é ensinada nos treinamentos policiais, afastando o comportamento da esfera individual e apontando para razões que se relacionam com o processo de socialização no interior das carreiras das forças de ordem.

Uma análise a partir da teoria da justiça procedimental para a França

A análise de René Lévy (2016) sobre o caso francês teve resultados bastante semelhantes aos coletados pelo NEV sobre o Brasil. Tendo como base a TJP, Levy recorre a pesquisas quantitativas sobre as percepções dos cidadãos sobre o contato com policiais (Lévy, 2016).

Para os grupos caracterizados como minoritários² - homens jovens de origem estrangeira, especialmente magrebina³ não-brancos - a polícia é vista como uma ameaça. Essa visão se consolida pela qualidade do contato entre esses cidadãos e policiais, muito negativa na maioria dos casos analisados. Ainda assim, o autor faz ressalvas importantes.

² A divisão entre minoritária e majoritária leva em conta fatores sociais e não necessariamente o tamanho da população. A ausência de dados populacionais por etnia impede uma análise mais acurada. No caso francês, a justificativa para a ausência se dá porque eles seriam opostos a uma visão universalista da França. Outros traumas sociais do continente, incluindo a Shoah, também são justificativas

³ O Maghreb é a região noroeste da África, incluindo a depender da classificação, Marrocos, Argélia, Tunísia, Mauritânia e Líbia. Todos esses países foram colônias da França.

A primeira é que o contato de cidadãos com policiais na França, em geral, se dá de maneira muito episódica e pouco frequente. Isso significa que a análise da qualidade do contato empreendida se dá a partir de poucos casos. A segunda é que esse contato costuma se dar maioritariamente através de um ato específico que é o controle de identidade, um procedimento que pode ser feito por policiais ou militares em que o cidadão deve provar que é quem diz ser. Essa prova pode ser feita através da apresentação de um documento oficial ou pelo testemunho de alguém que o está acompanhando. Se o indivíduo não for capaz de provar sua própria identidade, ele pode ser detido no local ou levado a um comissariado de polícia por até quatro horas para que sua identidade seja confirmada. Os controles de identidade podem ser preventivos, ligados a uma infração ou ligados a questões migratórias, mas a decisão de submeter uma pessoa ao controle fica a cargo da autoridade policial, judiciária ou aduaneira a depender do caso (Lévy, 2016).

Ainda que os dados analisados por Levy (2016) sejam limitados, os controles de identidade são mais frequentes entre os homens jovens de origem magrebina moradores de bairros populares, especialmente não-brancos. Isso seria evidência, segundo o autor, do perfilamento racial e étnico realizado pela polícia, o que teria impacto direto na avaliação do trabalho e da confiança nos policiais por membros desse grupo (Lévy, 2016). Retomando a TJP, a quantidade de contatos com a polícia não se traduz automaticamente em confiança. É preciso que a qualidade desses contatos seja percebida como positiva (Gisi *et al.*, 2019). No caso analisado, esses contatos são percebidos pelos cidadãos a eles submetidos como negativos e a frequência com que acontecem agravam sua percepção.

Essa percepção se dá por duas razões principais. São contatos vistos como direcionados a um grupo social específico e com critérios pouco claros, não sendo respeitosos, neutros e transparentes. Essas experiências negativas tendem a minar a confiança desses cidadãos na polícia e, com ênfase dada pelo autor, consequentemente no Estado francês, diminuindo sua propensão a cooperar com as instituições e a obedecer às leis (Lévy, 2016).

A segunda conclusão importante de Levy (2016) é que todas as medidas colocadas em prática para tentar ampliar o contato entre policiais e cidadãos são

vistas pelos policiais como contrárias a sua missão fundamental, que é a de lutar contra o crime e também como uma forma de estigmatizá-los perante a sociedade da qual também fazem parte. Esses argumentos não são desenvolvidos nas respostas obtidas pelo autor.

Uma pesquisa do *Centre de recherches sociologiques sur le droit et les institutions pénales (CESDIP)* utilizou também o referencial teórico da TJD para compreender o ponto de vista dos policiais e militares sobre o contato com o público, a satisfação em relação à profissão e aspetos relacionados à formação desses profissionais que também são interessantes para a análise (Maillard *et al.*, 2024).

A pesquisa se fundamentou em uma abordagem mista, utilizando dados quantitativos e qualitativos sobre policiais e militares. O instrumento principal de obtenção de dados foi um questionário com 99 questões respondido entre junho e setembro de 2022 para os militares e entre novembro de 2022 e março de 2023 para os policiais. Foram entrevistados 976 militares e 655 policiais divididos em sete regiões representativas da França.

Os resultados indicam um alto nível de satisfação profissional. 78,9% dos militares estão satisfeitos ou muito satisfeitos com sua ocupação atual. Entre os policiais, a soma dos muito satisfeitos com os satisfeitos alcança 72,7% dos respondentes. A confiança depositada nos superiores também é elevada, 69% dos militares e 62,4% dos policiais indicaram um nível maior que 6 pontos em uma escala de 1 a 10 de confiança na chefia superior (Maillard *et al.*, 2024).

Quando questionados sobre discriminações que podem ter sofrido no interior das instituições, questões de origem ou de cor da pele correspondem a 2% dos casos, um percentual pouco significativo. É o gênero o principal vetor de discriminação, com 6,1% dos casos. A baixa taxa de discriminação por cor da pele ou origem é um dado importante quando confrontado com o ponto de vista da população, que identifica um viés persistente na atuação das forças de ordem contra pessoas imigrantes e não-brancas (Maillard *et al.*, 2024). A explicação dada pelos autores para a baixa significância dos dados sobre discriminação por origem ou cor da pele é efeito do intenso processo de socialização no interior das profissões em que a experiência e o convívio diminuem de maneira aparente a percepção de desigualdades entre profissionais (Bonelli, 1998).

Os jovens na União Europeia: os dados do Eurostat (2022)

O objetivo desta seção é caracterizar através de dados quantitativos o grupo populacional ao qual a palavra juventude faz referência, assim como sua situação em termos de educação, trabalho, renda e vulnerabilidade social a partir de indicadores oficiais.

Em 2022, comemorou-se o ano da juventude na Europa. Por isso, foi produzido um relatório especial do Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat) com dados relativos a essa parcela da população e que serão úteis para a análise que será empreendida neste capítulo (European Commission. Statistical Office of the European Union., 2022).

O relatório não conceitua a palavra juventude ou jovens, mas indica que este grupo populacional é formado por pessoas entre 15 e 29 anos de idade e que correspondiam em 2022 a 16,3% da população da União Europeia. O percentual é abaixo daquele mundial, de 25% ou um quarto da população e a tendência é de queda. Entre as razões está a baixa taxa de natalidade e fecundidade na União, com cada vez menos mulheres tendo filhos e em número cada vez menor. Aliado ao aumento da expectativa de vida, a população europeia está envelhecendo ao mesmo tempo que os jovens enfrentam sérios desafios para conquistar sua autonomia e realizar seus projetos de vida.

Neste ponto, alguns dados do Eurostat devem ser destacados. Não parece haver um problema de formação educacional. 41,6% dos jovens europeus chegam ao terceiro nível de educação, correspondendo ao nível universitário. É um percentual significativo e que deveria se converter em oportunidades de trabalho mais estáveis, mas não é isso que os dados indicam. Um a cada dez jovens europeus está empregado de forma temporária, o que os coloca em situação de insegurança e vulnerabilidade. Em alguns países, como na Espanha, os contratos temporários representam 36% daqueles destinados aos jovens (European Commission. Statistical Office of the European Union., 2022).

Chama atenção também a percentagem de jovens em risco de pobreza e exclusão social, que chega a 25,3% entre os países da União Europeia. O risco de exclusão mensurado pelo relatório refere-se a aspetos como religião, relações escolares e familiares e dificuldades no aprendizado formal e linguístico, especialmente para os

jovens imigrantes ou filhos de imigrantes (European Commission. Statistical Office of the European Union., 2022).

Esse conjunto de dados caracteriza os jovens enquanto um grupo em risco. O primeiro deles é o seu declínio, fazendo com que eles representem uma proporção cada vez menor da população. O segundo é a falha em converter uma boa formação escolar em empregos estáveis. O terceiro é o alto risco de exclusão social. Trata-se de uma pressão significativa que deveria ser uma preocupação central para os governos da União. No entanto, o que os acontecimentos mostram é que mesmo representando um grupo populacional fundamental para o futuro dos países, as questões da juventude aparecem como preocupações secundárias diante dos demais problemas. Dessa maneira, passamos à análise do ano de 2023 na França para identificar as questões que foram alvo de intervenção governamental e o contexto em que se dá o assassinato de Nahel Merzouk.

2023 na França: a reforma das pensões e a democracia

O ano de 2023 na França foi marcado por tensões sociais evidenciadas por protestos.

O presidente francês Emmanuel Macron iniciou o seu segundo mandato em 2022 denominando-o como o mandato das reformas (*Retraites: l'interview d'Emmanuel Macron en intégralité*, 2023). Como não pode ser reeleito presidente, Macron afirmou em várias entrevistas que se dedicaria a resolver problemas históricos da França, especialmente aqueles que gerassem impopularidade. Para 2023, o governo propôs reformas que podem ser classificadas a partir de três eixos: trabalho, emprego e renda, segurança pública e segurança nacional.

No eixo do trabalho, emprego e renda, as proposições tinham como intenção evitar o déficit das pensões, garantir o pleno emprego e diminuir os impactos da inflação no poder de compra dos franceses. A reforma das pensões visava, de acordo com o governo, diminuir os gastos públicos com esse direito social, refletindo o aumento da expectativa de vida no aumento dos anos de trabalho necessários para a aposentadoria. No eixo da segurança pública, a proposta era de aumentar

o contingente de policiais, magistrados e funcionários do sistema de justiça para garantir maior celeridade no combate ao crime, especialmente a delinquência de rua. No eixo da segurança nacional, as propostas eram de aumentar o contingente de militares com melhores equipamentos e parcerias estratégicas no campo da defesa. Macron enfatizou também a necessidade de investimentos em educação e saúde. Para a juventude, a única fala direcionada pelo presidente foi sobre a necessidade de ampliação do ensino técnico, que facilitaria sua inserção no mercado de trabalho (*Retraites: l'interview d'Emmanuel Macron en intégralité*, 2023).

A reforma das pensões foi colocada como primeiro passo desse grande movimento de reformas e era também a mais impopular por aumentar a idade mínima da aposentadoria no regime geral de 62 para 64 anos (*Réforme des retraites : une série de mesures applicables au 1er septembre*, [s.d.]). Sua proposição não agradou a oposição e os movimentos sociais, desencadeando uma série de greves e manifestações cuja face mais visível foi a greve dos trabalhadores da limpeza urbana. As ruas de Paris e outras grandes cidades, assim como monumentos turísticos, foram tomadas por lixo (“Lixo ocupa ruas em Paris durante greve de garis: ‘É terrível, há ratos’”, 2023).

Nesse contexto, participaram também os jovens. Se a situação de trabalho e renda já se mostra preocupante para esse grupo populacional, a perspectiva de um futuro de mais trabalho sem a garantia de uma aposentadoria suficiente para suprir suas necessidades básicas, os mobilizou. Além da participação nas manifestações, houve o fechamento de escolas e universidades, com a organização de debates para explicar como a reforma atingia seus familiares mais velhos e os atingiria no futuro.

Ainda que a mobilização popular tenha sido intensa, constante e significativa, o uso de um dispositivo constitucional cessaria os debates sobre a reforma. Descrito no artigo 49.3 da constituição francesa, esse dispositivo permite ao primeiro-ministro atrelar um projeto de lei ao seu governo (Schittly & Métais, 2023). Os parlamentares votam então uma moção de censura. Se a moção for aprovada, caem o governo e o projeto de lei. Se for reprovada, aprova-se o projeto de lei e mantém-se o primeiro ministro no cargo. Elisabeth Borne, primeira-ministra, acionou o artigo 49.3 e atrelou seu governo à reforma da previdência que foi aprovada e ela foi mantida no cargo mesmo com forte mobilização popular que se manteve mesmo depois da aprovação.

Ainda que haja previsão constitucional, o uso do 49.3 foi visto pelos observadores políticos como admissão de fraqueza do governo, que entendeu que não conseguiria aprovar a reforma pelo fluxo normal e como uma tentativa de cessar o debate democrático sobre a reforma. A justificativa tanto de Borne quanto de Macron para essa escolha foi que o texto já havia sido discutido em várias comissões dentro do parlamento e que haveria tempo para a oposição se mobilizar e derrubar tanto o texto quanto o governo, o que não aconteceu (*Retraites: l'interview d'Emmanuel Macron en intégralité*, 2023). Para o governo, tanto o fluxo normal quanto o uso do 49.3 foram entendidos como democráticos. Para a oposição e os movimentos sociais que mantiveram as manifestações, não.

Além da questão das pensões, o parlamento precisou lidar com o avanço da extrema-direita, representada pelo partido de Marine Le Pen, o *Rassemblement National*. Jean-Marie Le Pen, pai de Marine e fundador do partido de extrema-direita Front National, foi condenado diversas vezes por xenofobia, antisemitismo e preconceito contra mulçumanos. A filha tem posicionamentos semelhantes, mas suavizados discursivamente, o que tem garantido a ela e ao seu partido forte popularidade em meio à piora das condições de vida na França inclusive entre jovens imigrantes de países como Portugal, Itália e Espanha que se distinguem daqueles imigrantes magrebinos (Barata, 2017; Mucchielli, 2011).

Em termos de segurança pública e nacional, uma questão latente na França é o aumento da atuação de organizações criminosas, especialmente no sul do país. Essas organizações cuja principal atividade é o escoamento de entorpecentes para o resto da Europa e para a África, tem recrutado também jovens para atividades criminosas. A falta de empregos estáveis nessa região do país é um fator direto do sucesso desses grupos criminosos. Como forma de combate, o presidente da república lançou em 2021 o plano *Marseille en grand* que previa obras e investimentos na cidade de Marselha, segunda maior cidade do país e principal cidade da região sul (*Marseille en grand*, 2023). O plano tem apresentado dificuldades em sua implementação e até agora não gerou os efeitos esperados, contanto com insatisfação de parte dos jovens que deveriam se beneficiar dele (Rof, 2024).

Nesse contexto de tensões sociais e de uma capacidade efetiva de mobilizações, qualquer acontecimento poderia ser um estopim para motivar e remotivar grupos insatisfeitos, e é o que acontece em 27 de junho de 2023.

Os protestos pela morte de Nahel Merzouk

Como indicado na introdução, Nahel Merzouk é morto após desobedecer uma ordem de parar. Os policiais envolvidos na ação afirmam que o tiro contra Merzouk foi disparado porque ao desobedecer a ordem de parar, ele teria direcionado o carro contra um policial, que teria portanto agido em legítima defesa. Essa versão é rapidamente veiculada na imprensa nas horas seguintes ao incidente que já é alvo de acusações de um uso exagerado da força por parte da polícia.

Uma hora depois, um vídeo gravado por uma testemunha que presenciou a ação mostra que o policial que atirou estava no parabrisas do veículo, que o carro não foi direcionado contra ele e que ele dá duas coronhadas no adolescente, ferimentos que são identificados na autópsia (Iacomacci, 2023). É logo após as coronhadas que o carro volta a se movimentar e fica pouco claro se é uma reação voluntária ou involuntária de Merzouk, que é atingido com um tiro logo em seguida. Com a divulgação do vídeo nas redes sociais, a versão da polícia começou a ser questionada e outras testemunhas se uniram para desmenti-la.

No curso do processo judicial, os passageiros do veículo disseram que Merzouk provavelmente tirou o pé do freio de maneira involuntária, dado que o carro se movimentou de maneira lenta depois das coronhadas (*“Mort de Nahel M.: les deux autres passagers donnent leur version des faits”*, 2023). Além disso, tratava-se de um veículo de câmbio automático que estava na função de dirigir e não de parada, o que explica porque ele começou a se movimentar logo que o pé foi retirado do freio. O testemunho é confirmado por outros vídeos da ação e pela análise do veículo.

No mesmo dia do incidente, o presidente da república, Emmanuel Macron, realizou um pronunciamento lamentando a morte de Nahel Merzouk e indicando que o caso seria apurado (Foroudi & Jabkhiro, 2023). Com a divulgação de mais vídeos do acontecimento nas redes sociais, a mobilização dos jovens das periferias foi imediata e iniciaram-se uma série de protestos especialmente em Nanterre, onde vivia Merzouk e sua família.

Nanterre é um município que fica a 11km do centro de Paris. Do local do assassinato de Nahel Merzouk, nas proximidades da estação de trem e metrô *Nanterre-Préfecture*, é possível chegar na Torre Eiffel, um dos principais pontos turísticos da cidade de Paris, em 26 minutos (fig. 1).

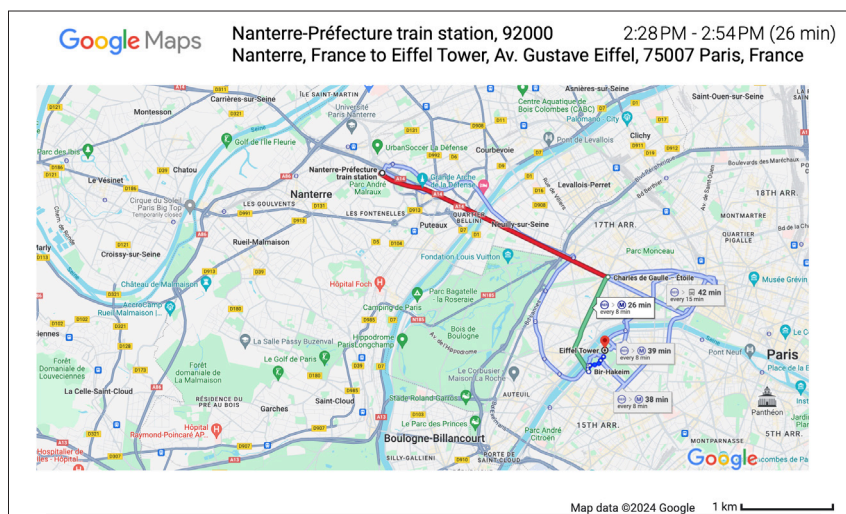


Fig. 1 - Percurso entre Nanterre-Préfecture e Torre Eiffel (Fonte dos dados: Google Maps).

Fig. 1 - Route from Nanterre-Préfecture to the Eiffel Tower (Data source: Google Maps).

A distância entre os dois locais é curta se comparada aos padrões brasileiros ao mesmo tempo em que é suficiente para tornar evidentes uma série de diferenças de acesso a serviços públicos e contato com o Estado. Aqui, nos restringimos à relação com as forças de ordem e, por conseguinte, com o Estado francês.

Voltando ao início dos protestos, a expectativa oficial era que eles se restringissem às periferias, o que não parecia factível dada a curta distância entre Nanterre e Paris. Rapidamente, os protestos se multiplicaram no centro da capital, com passeatas e saques em lojas. A primeira medida do governo foi decretar um toque de recolher que se iniciava às 21h, quando cessavam provisoriamente a circulação de ônibus (Kouassi, 2023). A medida se mostrou pouco efetiva em termos de deslocamento para as manifestações.

O tema dos protestos era a denúncia do uso excessivo da força pelos policiais, que mais uma vez atingiram um jovem não-branco e morador da periferia. Faixas com a frase “*Justice pour Nahel*” (Justiça para Nahel em português) foram usadas e seguidas por outros em que as críticas à polícia eram diretas.

Houve então a reação em termos comunicacionais da polícia nacional, à qual pertenciam os agentes envolvidos no assassinato de Nahel Merzouk, que tentou

manter a narrativa de legítima defesa e perigo eminente contra a vida dos policiais. Essa força era também em parte responsável pela repressão aos protestos, que foi também violenta. Na defesa das atitudes dos policiais, também se posicionaram grupos de extrema-direita. Uma das ações mais significativas foi uma arrecadação de fundos para a família do policial responsável pelo tiro fatal contra Merzouk que ultrapassou um milhão de euros (*“Mort de Nahel M.: ouverture d’une enquête sur une cagnotte de soutien au policier qui a tué l’adolescent”*, 2023).

A cobertura jornalística precisou se reorganizar depois da divulgação do incidente somente a partir da narrativa policial, que foi desmentida pelos vídeos divulgados nas redes sociais. À medida que os protestos se intensificaram e se espalharam, além das passeatas, saques a lojas e incêndio de ônibus, estruturas públicas como prefeituras, escolas e postos policiais também passaram a ser alvo de ação dos revoltosos.

Neste ponto, foi preciso retroceder no tempo e ter como base a sociologia dos protestos das juventudes na França, especialmente nos subúrbios ou *banlieues* em francês.

O trabalho de Laurent Mucchielli (2011) pretende delinear e diferenciar os protestos de jovens das periferias dos demais, identificando seu estopim, repertório de ação, reações, continuidades e rompimentos. Recorrer a este trabalho tem como objetivo também estranhar a imagem da França, tão difundida no Brasil, como um país em que os protestos e tumultos são uma forma privilegiada de ação social. Os movimentos analisados por Mucchielli são estruturados a partir de locais específicos - as periferias das grandes cidades francesas - e têm fomentado respostas por parte do Estado incapazes de romper com o ciclo de mobilizações ativo, de acordo com o autor, pelo menos desde 1970 (Mucchielli, 2011).

A análise de Mucchielli tem como ponto de partida uma série de protestos de 2005, em que dois jovens de Clichy-sous-Bois morreram eletrocutados ao se esconderem em uma central elétrica devido a uma perseguição policial (Mbembe, 2005). Vários departamentos foram colocados em estado de emergência para reprimir os protestos que duraram aproximadamente três meses. As questões levantadas pelos manifestantes eram a violência policial, a falta de emprego e os problemas ligados ao acesso à educação formal e ao mercado de trabalho para os

jovens não-brancos. Os problemas levantados em 2005 foram rememorados em 2023, o que justifica o uso da bibliografia sobre aquele ciclo para compreender esses acontecimentos mais recentes.

Segundo Mucchielli (2011), o ciclo de protestos de 2005 começou nos anos 1970, quando houveram também protestos feitos por jovens não-brancos nas periferias de grandes cidades francesas. Essas periferias são caracterizadas por serem formadas de bairros populares, povoados por trabalhadores de renda baixa e média e com projetos de habitação popular. O aumento do custo de vida nos centros, especialmente dos gastos em habitação, ajudou a impulsionar o fluxo dessas pessoas para cidades próximas às cidades grandes e a elas ligadas por um sistema de transporte público que permitia um nível interessante de mobilidade. Inicialmente, essas periferias foram ocupadas pelo que o autor chama de autóctones, originárias daquela região. Os intensos fluxos migratórios sofridos pela França também levaram novos moradores para essas regiões, também atraídos pelos preços mais baixos e pela proximidade com as grandes cidades (Mucchielli, 2011).

Com o passar do tempo e a contínua degradação dessas áreas, elas passaram a ser conhecidas como zonas urbanas sensíveis, mapeadas por especialistas e por autoridades públicas desde os anos 1990. Nelas, as condições de vida são consideradas degradadas, com baixa cobertura de serviços públicos como escolas, políticas de assistência social e postos de saúde. Dessa maneira, o acesso a esses serviços básicos depende do deslocamento para os grandes centros, nem sempre preparados para lidar com essa demanda.

O mapeamento e o conhecimento sobre essas zonas sensíveis não suscitou políticas públicas efetivas. Tentativas de melhorar as condições de vida nesses locais foram episódicas e tiveram pouco sucesso, o que se torna evidente também pela continuidade dos protestos. Em termos de políticas para juventude, a situação parece ainda mais acentuada, com poucas iniciativas que tivessem esse público como alvo (Mucchielli, 2011).

Os protestos dos anos 1970 são descritos pelo autor como violentos, o que é usado como justificativa pelas forças de ordem para uma repressão igualmente violenta, que se prolonga até os anos 1980. Naquela década, os enfrentamentos entre policiais e jovens periféricos de origem árabe escalaram e se originou uma

marcha pacífica pela igualdade e contra o racismo organizada por membros da Igreja Católica e entidades Protestantes que ficou conhecida na cobertura jornalística como “marcha dos árabes” (Mucchielli, 2011). Ainda com os esforços pacíficos, atos como incêndios de veículos, prédios públicos e saques se mantiveram, além das críticas à participação de entidades religiosas na organização de manifestações em um país que se define como laico.

Já os protestos de 2005 foram intensamente estudados e o diagnóstico apresentado é de uma forma de insurreição não organizada, sem líderes e sem proposta programática, levada à cabo por jovens imbuídos de um forte sentimento identitário que não tem origem apenas étnica ou geográfica, mas em sua condição social de excluídos da sociedade francesa. Os processos judiciais levados a cabo após os protestos adicionaram um dado importante à reflexão. A maioria dos jovens envolvidos que são processados cometeram sua primeira infração penal nos protestos. Não se trata, portanto, de jovens engajados em atividades criminosas ou parte de grupos organizados (Mucchielli, 2011).

A ausência de uma resposta efetiva por parte do Estado fez com que o ciclo não cessasse, o que se percebe em 2005 e 2023. Assim, tornou-se necessário pensar no que esses protestos têm de semelhante.

O primeiro ponto trazido pelo autor é o estopim. A morte ou a agressão de um ou mais jovens - usualmente não-brancos - por um representante do Estado - geralmente um policial gera a mobilização. O segundo ponto é a localidade. Eles se iniciam no local da agressão ou morte e podem ou não se espalhar por outras localidades com estruturas semelhantes, de periferia a periferia. Há um forte processo de identificação coletiva entre os jovens dessas regiões que explica esse espraiamento.

O repertório de ação inclui além de passeatas pacíficas, o incêndio a veículos particulares e de transporte público, especialmente ônibus, mais comuns nessas localidades, o saque a lojas e supermercados, o ataque a prédios públicos como escolas, prefeituras e delegacias, assim como o incêndio de mobiliário urbano como lixeiras e pontos de ônibus (Mucchielli, 2011).

O que então une esses jovens dessas regiões tão diferentes e tão iguais? O argumento do autor é justamente o risco de exclusão social, o que nos lembra os dados do Eurostat que mostram uma taxa de cerca de 25% de jovens nesse risco por

motivos diversos que incluem a religião, a origem étnica e a condição de imigrante (European Commission. Statistical Office of the European Union., 2022; Lévy, 2016; Mucchielli, 2011). Esses motivos se acumulam nos jovens que moram nas regiões periféricas da França.

Ao serem questionados sobre o engajamento em protestos, esses jovens identificam na sua relação com a polícia como fonte cotidiana de seu sentimento de injustiça e humilhação. Como já colocado aqui, são eles os alvos mais frequentes de controles de identidade e abordagens pelos agentes das forças de ordem. Essas interações, usualmente negativas, são mais constantes e cotidianas para esses jovens e seus familiares. Os vieses de raça, cor e identidade étnico-religiosa tornados evidentes nessas interações com a polícia resultam também no desenvolvimento de uma relação ambivalente com as instituições. Eles gostariam de poder contar com elas em caso de dificuldade, mas não conseguem estabelecer elos de confiança com elas devido a experiências anteriores que são em geral negativas. Esse sentimento de injustiça e inadequação se espalha da relação com a polícia para a relação com as demais instituições, especialmente a escola. As dificuldades de aprendizagem e relacionamento com professores e colegas é parte da explicação dos incêndios a esses prédios no decorrer das manifestações (Israël, 2020; Mucchielli, 2011).

As dificuldades de aprendizagem resultam em dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, já experienciadas por parte dos pais desses jovens. O desemprego e a dificuldade de obtenção de renda impactam toda a percepção de futuro e visão de mundo construída por esses jovens, vulneráveis e impedidos de realizar seus projetos de vida. Uma das frases sínteses dessas condições é um dos gritos de guerra desse ciclo de protestos ainda nos anos 1990: *“La violence? c’est d’avoir vingt ans, pas de boulot et la police sur le dos”* (A Violência? É ter vinte anos, nenhum trabalho e a polícia nas suas costas).

Os anos 2000 tem trazido algumas particularidades para esse longo ciclo de mobilizações. A primeira é uma tensão cada vez maior entre os habitantes dessas periferias que são autóctones, os imigrantes de países europeus e aqueles de países fora da União Europeia. Cada um desses grupos se sente ameaçado pelo outro e há uma certa aproximação entre os autóctones e aqueles de países europeus contra os demais, que eles julgam terem sido incapazes de se incorporar à sociedade francesa

por falta de esforço e vontade. Essa concepção tem levado esses grupos levemente mais privilegiados a simpatizar com partidos de extrema-direita mesmo aqueles de políticas migratórias rígidas (Barata, 2017).

A segunda particularidade é o uso das redes sociais, utilizadas não só na convocação dos protestos como na apresentação das versões dos jovens. A ampliação do acesso a essas ferramentas têm sido alvo de preocupação por parte do Estado em suas respostas contra essas mobilizações.

Uma vez que já se tornaram claras as características desses protestos, é importante entender as respostas que o Estado em seu amplo conjunto de instituições tem dado.

A característica fundamental delas é repressiva. A primeira e mais destacada ação é a repressão aos protestos, incluindo o uso de violência pelas forças de ordem. Desde 2005, tem havido uma maior mobilização de policiais e militares e equipamentos mais modernos para repressão aos protestos. O uso de helicópteros foi intensificado e eles passaram a ser equipados com câmeras que filmam e registram os manifestantes (Mucchielli, 2011).

O toque de recolher é também uma constante, com a restrição aos horários do transporte público. Em 2023, a circulação de ônibus à noite era paralisada às 21h e as saídas de casa após esse horário precisavam de alguma justificativa. O controle dessas saídas não ficou claro nem na cobertura jornalística nem no cotidiano da cidade.

Além disso, o presidente Emmanuel Macron submeteu ao parlamento projetos de lei que tornavam mais severas as punições contra jovens em protestos, impunham a parte deles banimento das redes sociais, pressupondo uma vigilância e monitoramento anteriores aos incidentes sem que fossem claros os critérios para essa medida (Durieux, 2024). Além disso, se discutiu a necessidade de responsabilização dos pais e familiares de jovens envolvidos em protestos para que eles cobrissem os prejuízos financeiros causados a instituições públicas pelos incêndios e destruição de mobiliário urbano e prédios públicos. No plano secundário, houveram propostas de melhora nas contrapartidas sociais nas periferias com a construção de escolas, centros de formação e outros programas sociais. Essas melhorias, no entanto, não ganharam destaque e parecem não ter se materializado até o presente momento (“Um ano após a morte do jovem Nahel por um policial na França, sentimento de revolta permanece nos subúrbios”, 2024).

Retornando ao caso de Nahel Merzouk, o processo de investigação da ação dos policiais ainda está em andamento. O policial que atirou em Merzouk foi mantido em prisão provisória entre junho e novembro de 2023, uma prisão de tempo prolongado, e está ainda sob controle judicial já que ainda não houve julgamento (Morgat, 2023).

Os protestos após a morte de Nahel Merzouk duraram aproximadamente oito dias, se espalharam por todo o país e houve registro de protestos também na Bélgica e na Suíça. No aniversário de um ano da morte do adolescente em 27 de junho de 2024, a França estava às vésperas do primeiro turno das eleições legislativas do qual saiu vitorioso o *Rassemblement National*, partido liderado por Marine Le Pen. O resultado do segundo turno surpreendeu e o *Nouveau Front Populaire*, uma união de partidos de esquerda, conquistou a maioria dos votos. A coligação presidencial de Emmanuel Macron ficou em segundo lugar e o *Rassemblement National*, em terceiro (Harding, 2024). Na campanha eleitoral, os temas relacionados à juventude não ganharam destaque.

Considerações finais

Uma comissão de inquérito formada para investigar os protestos que se seguiram à morte de Nahel Merzouk desenhou o perfil dos participantes. São em sua maioria homens, de nacionalidade francesa, que terminaram o ensino médio e tem algum tipo de trabalho. Menos de 10% dos questionados afirmaram ter participado dos protestos em solidariedade à morte de Merzouk (Goupil, 2024). Como identificado na bibliografia, a morte do adolescente foi o estopim que permite o extravasamento de uma insatisfação ligada às condições de vida e desconfiança em relação às instituições do Estado.

Essa desconfiança, alimentada por um acúmulo de contatos negativos com autoridades, motiva a ação desses manifestantes desde os anos 1970. Da mesma maneira que nos outros momentos desse ciclo de protestos, as soluções propostas pelos parlamentares participantes da comissão se caracterizam pelo reforço da repressão aos protestos, garantindo às forças de ordem melhores equipamentos e

organização. É certo que essas forças precisam de investimentos porque a segurança pública é um tema importante para a sociedade, mas é sintomático que mais uma vez as reivindicações que levaram os jovens às ruas sejam ignoradas ou que não ganhem destaque.

A compreensão sociológica dos protestos que seguiram o assassinato de Nahel Merzouk renovaram a importância da Teoria da Justiça Procedimental enquanto guia de boas práticas para as forças de manutenção da ordem. Como apontado, essa teoria preconiza a qualidade do contato entre servidores e cidadãos na construção da legitimidade das instituições. As percepções negativas do contato entre jovens e policiais deslegitimam em maior ou menor grau as demais instituições do Estado francês. Da mesma forma que no Brasil, os jovens não-brancos e moradores de periferias sentem-se tratados de maneira desigual pela polícia, que os aborda mais cedo e com maior recorrência. A acentuação dessa situação não tende a ser positiva nem para os membros das forças de manutenção da ordem nem para os cidadãos, que esperam poder contar com as instituições do Estado.

Quando são analisados os dados sobre os jovens europeus, fica evidente que eles são alvo de uma sobreposição de vulnerabilidades que os coloca em risco de exclusão social que pode em parte explicar a filiação de parte deles a partidos de extrema-direita ou mesmo seu desinteresse pela política. O afastamento dos jovens da vida social não é causa, mas resultado de sua exclusão em termos educacionais, econômicos, religiosos e étnicos tornadas evidentes pelos embates com a polícia. É urgente a concepção e prática de políticas públicas efetivas em favor desse grupo populacional como uma saída para as atuais e futuras crises pelas quais o continente e o mundo passarão.

Agradecimentos

Agradeço ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, através dos processos 2021/07353-2 e 2022/15194-4.

Bibliografia

- Barata, C. (2017, maio 3). A política francesa vista com sotaque português e um tique Le Pen. *Publico*. <https://www.publico.pt/2017/05/03/mundo/reportagem/a-politica-francesa-vista-com-sotaque-portugues-e-um-tique-le-pen-1770705>
- Bonelli, M. da G. (1998). A competição profissional no mundo do Direito. *Tempo Social*, 10(1), 185–214. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20701998000100012>
- Bottoms, A., & Tankebe, J. (2012). Beyond procedural justice: A dialogic approach to legitimacy in criminal justice. *The Journal of Criminal Law and Criminology* (1973-), 102(1), 119–170.
- Bradford, B., & Quinton, P. (2014). Self-Legitimacy, Police Culture and Support for Democratic Policing in an English Constabulary. *SSRN Electronic Journal*. DOI: <https://doi.org/10.2139/ssrn.2406350>
- Debbaut, S., & De Kimpe, S. (2023). Police legitimacy and culture revisited through the lens of self-legitimacy. *Policing and Society*, 33(6), 690–702. DOI: <https://doi.org/10.1080/10439463.2023.2183955>
- Durieux, J. (2024, junho 27). Mort de Nahel: Un an après, où en est le plan anti-émeutes proposé par le gouvernement ? *Le Figaro*. URL: <https://www.lefigaro.fr/actualite-france/mort-de-nahel-un-an-apres-ou-en-est-le-plan-anti-emeutes-propose-par-le-gouvernement-20240627>
- European Commission. Statistical Office of the European Union. (2022). *Young people in Europe: A statistical summary 2022*. Publications Office. DOI: <https://data.europa.eu/doi/10.2785/684958>
- Foroudi, L., & Jabkhiro, J. (2023, junho 28). Macron diz que assassinato de jovem pela polícia é “indesculpável”. *Agência Brasil*. UEL: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-06/macron-diz-que-assassinato-de-jovem-pela-policia-e-indesculpavel>
- Gisi, B., García-Sánchez, E., Novaes Cruz, F., Silvestre, G., & Marques De Jesus, M. G. (2023). The exercise of authority during interactions in custody hearings in São Paulo (Brazil): Building legitimacy through exclusion. *Punishment & Society*, 25(3), 707–724. DOI: <https://doi.org/10.1177/14624745221087707>
- Gisi, B., Jesus, M. G. M. D., & Silvestre, G. (2019). O contato com o público importa? *Plural*, 26(2), 247–270. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2019.165683>
- Goupil, M. (2024, abril 10). Emeutes après la mort de Nahel: Ce qu'il faut retenir du rapport de la commission d'enquête. *France TV Info*. URL: https://www.francetvinfo.fr/faits-divers/adolescent-tue-par-un-policier-a-nanterre/emeutes-apres-la-mort-de-nahel-ce-qu-il-faut-retenir-du-rapport-de-la-commission-d-enquete_6478637.html
- Harding, A. (2024, julho 10). Après le choc des élections en France, vient la véritable lutte de pouvoir. *BBC News Afrique*. URL: <https://www.bbc.com/afrique/articles/cjernlw07dro>
- Iacomacci, T. (2023, julho 8). Mort de Nahel: La femme qui a publié la vidéo donne sa version des faits. *La Femme Actuelle*. URL: <https://www.femmeactuelle.fr/actu/news-actu/mort-de-nahel-la-femme-qui-a-publie-la-video-donne-sa-version-des-faits-2158473>
- Israël, L. (2020). *À la gauche du droit: Mobilisations politiques du droit et de la justice en France (1968-1981)*. Éditions EHESS.
- Jonathan-Zamir, T., & Harpaz, A. (2018). Predicting Support for Procedurally Just Treatment: The Case of the Israel National Police. *Criminal Justice and Behavior*, 45(6), 840–862. DOI: <https://doi.org/10.1177/0093854818763230>
- Kouassi, O. (2023, junho 30). *Mort de Nahel: Des couvre-feux imposés dans plusieurs villes d'Île-de-France*. URL: https://actu.fr/societe/mort-de-nahel-bilan-d-une-troisieme-nuit-de-violences-en-ile-de-france_59797735.html

- Lévy, R. (2016). La police française à la lumière de la théorie de la justice procédurale: *Déviance et Société*, Vol. 40(2), 139–164. DOI: <https://doi.org/10.3917/ds.402.0139>
- Lixo ocupa ruas em Paris durante greve de garis: “É terrível, há ratos”. (2023, março 10). *UOL Notícias*. URL: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/03/12/mais-de-5000-toneladas-de-lixo-acumuladas-em-paris-por-greve-de-garis.htm?cmpid=copiaecola>
- Maillard, J. de, Roché, S., Jardin, A., Noble, J., & Zagrodzki, M. (2024). *Déontologie et relations police-population: Les attitudes des gendarmes et des policiers*.
- Marseille en grand. (2023, julho 15). Marseille en grand. URL: <https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/marseille-en-grand>
- Mbembe, A. (2005). La République et sa Bête: À propos des émeutes dans les banlieues de France: *Africultures*, n° 65(4), 176–181. DOI: <https://doi.org/10.3917/afcul.065.0176>
- Morgat, R. (2023, novembro 16). Mort de Nahel: Pourquoi Florian M., le policier auteur du tir, a été libéré après une détention provisoire record. *Le Figaro*. <https://www.lefigaro.fr/faits-divers/mort-de-nahel-pourquoi-florian-m-le-policier-auteur-du-tir-a-ete-libere-apres-une-detention-provisoire-record-20231116#:~:text=Mort%20de%20Nahel%20%3A%20pourquoi%20Florian,apr%C3%A8s%20une%20d%C3%A9tention%20provisoire%20record&text=Mort%20de%20Nahel%20%3A%20un%20an,%C3%A9meutes%20propos%C3%A9%20par%20le%20gouvernement%20%3F>
- Mort de Nahel à Nanterre: On vous résume les premiers éléments de l'enquête. (2023, junho 29). *L'Obs avec AFP*. URL: <https://www.nouvelobs.com/justice/20230629.OBS75120/mort-de-nahel-a-nanterre-on-vous-resume-les-premiers-elements-de-l-enquete.html>
- Mort de Nahel M.: Les deux autres passagers donnent leur version des faits. (2023, julho 4). *Le Monde*. URL: https://www.lemonde.fr/societe/article/2023/07/04/mort-de-nahel-m-les-deux-autres-passagers-donnent-leur-version-des-faits_6180466_3224.html
- Mort de Nahel M.: Ouverture d'une enquête sur une cagnotte de soutien au policier qui a tué l'adolescent. (2023, julho 19). *Le Monde*. URL: https://www.lemonde.fr/societe/article/2023/07/19/mort-de-nahel-m-ouverture-d-une-enquete-sur-une-cagnotte-de-soutien-au-policier-qui-a-tue-l-adolescent_6182638_3224.html
- Mucchielli, L. (2011). Pour une sociologie politique des émeutes en France. *Desafios*, 23(2), 223–275.
- Nix, J., & Wolfe, S. (2015). *The impact of negative publicity on police self-legitimacy*.
- Oliveira, R. T. de, Piccirillo, D., & Gomes, A. M. (with Adorno, S., Teixeira, M. C., Nery, M., & Gomes, L. S.). (2023). *A experiência precoce e racializada com a polícia: Contatos de adolescentes com as abordagens, o uso abusivo da força e a violência policial no município de São Paulo (2016 - 2019)*. Aline Gomes.
- Piccirillo, D. (2024). Adolescents' perceptions of police: Acknowledging racial and gender bias. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 22(2), 1–26. DOI: <https://doi.org/10.11600/rclsnj.22.2.6274>
- Réforme des retraites: Une série de mesures applicables au 1er septembre. ([s.d.]). Service-public.org : le site officiel de l'administration française. URL: <https://www.service-public.fr/particuliers/actualites/A16717>
- Retraites: L'interview d'Emmanuel Macron en intégralité. (2023). [Gravação de vídeo]. BFMTV. URL: <https://www.youtube.com/watch?v=HInNZYMNUg>
- Rof, G. (2024, março 2). Marseille en grand: La Cour des comptes relève les faiblesses du plan voulu par Emmanuel Macron. *Le Monde*. URL: https://www.lemonde.fr/politique/article/2024/03/02/marseille-en-grand-la-cour-des-comptes-souligne-les-faiblesses-du-plan-voulu-par-emmanuel-macron_6219690_823448.html

- Schittly, R., & Métais, T. (2023, março 17). Le 49.3 sur la réforme des retraites relance la mobilisation et la crainte d'une explosion sociale. *Le Monde*. URL: https://www.lemonde.fr/politique/article/2023/03/17/reforme-des-retraites-le-49-3-relance-la-mobilisation-et-la-crainte-d-une-explosion-sociale_6165822_823448.html
- Tankebe, J. (2011). Explaining police support for the use of force and vigilante violence in Ghana. *Policing and Society*, 21(2), 129–149. DOI: <https://doi.org/10.1080/10439463.2010.540663>
- Tankebe, J. (2014). Rightful Authority: Exploring the Structure of Police Self-Legitimacy. *SSRN Electronic Journal*. DOI: <https://doi.org/10.2139/ssrn.2499717>
- Tyler, T. R. (1990). *Why People Obey the Law*. Princeton University Press.
DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctv1j66769>
- Tyler, T. R. (2003). Procedural Justice, Legitimacy, and the Effective Rule of Law. *Crime and Justice*, 30, 283–357.
- Tyler, T. R. (2007). Procedural Justice and Courts. *Court Review: The Journal of the American Judges Association*, II(1/2).
- Um ano após a morte do jovem Nahel por um policial na França, sentimento de revolta permanece nos subúrbios. (2024, junho 27). *RFI*. URL: <https://www.rfi.fr/br/françã/20240627-um-ano-após-a-morte-do-jovem-nahel-por-um-policial-na-frança-sentimento-de-revolta-permanece-nos-subúrbios>

(Página deixada propositadamente em branco)

CONCLUSÃO

João Luís J. Fernandes

Universidade de Coimbra, CEIS20 e RISCOS (Portugal)
Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo
ORCID: 0000-0002-9419-631X jfernandes@fl.uc.pt

Fátima Velez de Castro

Universidade de Coimbra, CEIS20 e RISCOS (Portugal)
Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo
ORCID: 0000-0003-3927-0748 velezcastro@fl.uc.pt

Talvez a palavra turbulência se adeque à caracterização de um ciclo de crises que a União Europeia, em particular, e a Europa, em geral, têm experienciado, desde a desajustada expectativa de paz eterna e de “Fim da História”, que se anunciou após a queda do Muro de Berlim, em 1989 e a consequente desintegração da ex- URSS.

O início da guerra em solo ucraniano, após invasão russa no mês de fevereiro de 2022, é um desses momentos críticos numa longa sequência de ocorrências e tendências que, por exemplo, nos expôs a fragilidade energética do continente europeu e o necessário reequacionamento estratégico deste setor. Como nos refere Nathana Garcez, a diversificação das fontes e das origens geográficas da energia que se produz e chega à Europa, são condições fundamentais para a sustentação do modelo de desenvolvimento e a manutenção da qualidade de vida das populações.

Esta nova cartografia da segurança energética da Europa, deve ser repensada num contexto global, como refere Nélío Guerreiro, mais fluído e difícil de regular. As novas tecnologias, a emergência do ciberespaço, as interdependências, as mobilidades aceleradas e a criação de regiões de circulação, como o território Schengen, estão entre os fatores que levaram ao protagonismo de sujeitos multiterritoriais e transnacionais. A sua plasticidade e organização em rede, o seu envolvimento nos ecossistemas da informalidade e do crime, inflaciona o grau de incertezas e coloca novos desafios sociais, económicos, espaciais e, por tudo isso, políticos.

Discutindo as tensões que pressionam o Sistema Internacional e as crises sistêmicas que têm afetado a Europa e o mundo, sobretudo após 2008, Gustavo Glodes Blum segue na mesma linha de questionamento das novas arquiteturas de uma globalização que pode gerar sentimentos de insegurança e traduzir-se, quer numa deriva securitária exponencial, quer numa nova reorganização regional do mundo, porventura assente numa geometria variável também esta incerta.

Porque este Sistema Internacional resulta do equilíbrio instável entre o fixo e o móvel, é importante acompanhar as mobilidades espaciais que têm mantido as correntes de contacto entre as diferentes regiões do mundo, em particular os fluxos de mercadorias, capital financeiro, informação e populações.

Sobre este último, Natacha Rodrigues problematiza a União Europeia enquanto espaço de acolhimento e hospitalidade. Ainda que esta organização internacional tenha alcançado um nível ímpar de cooperação e partilha de interesses entre os Estados membros, neste domínio das migrações vulnerários persistem as desconfianças e as disputas concorrenciais, facto que fragiliza o denominado Sistema Europeu Comum de Asilo. Por isso, como aqui se demonstra, uma das estratégias seguidas tem sido a externalização da vigilância e proteção das fronteiras deste território institucional.

Nesta sequência, Sara Carrasco Granger coloca a debate no plano dos direitos, em particular do direito à mobilidade. Para esta autora, o espaço geográfico rugoso e os efeitos de atrito que se colocam às mobilidades não autorizadas, interfere com outras garantias fundamentais, como o direito à vida. Por isso, Carrasco Granger inicia o seu capítulo citando o número de desaparecidos no Mediterrâneo, símbolo de um quadro jurídico internacional incapaz de responder aos desafios humanitários que se colocam à Europa e não só.

A partir do exemplo dos imigrantes, Pedro Camilo de Figueirêdo Neto é autor de um capítulo que nos sugere o conceito de “extremófilo social”, no qual identifica os grupos e os indivíduos sobreviventes em contextos de vulnerabilidade extrema, persistente e cumulativa. Para Neto, essa fragilidade, mas também a capacidade de resistência desses “extremófilos”, depende do efeito conjugado de fatores físicos, mentais, emocionais e sociais. Seguindo a lógica que atravessa esta obra, Neto posiciona-se na fronteira instável entre o sujeito e as suas circunstâncias.

No seguimento do conceito de “extremófilo” apresentado por Pedro Neto, o capítulo de Amanda Evelyn Cavalcanti de Lima faz-nos viajar para as periferias (sub) urbanas de algumas cidades francesas. Nestes espaços excêntricos, vulneráveis e, nalguns casos, estruturalmente violentos, a autora faz uma análise, sobretudo sociológica, de alguns episódios de protesto juvenil. Com este trabalho, fica-nos a ideia de um Estado incapaz de estar em todos os lugares e que ali apenas chega na sua versão mais disciplinar e punitiva.

Por fim, Pedro Allemand Mancebo Silva leva-nos ao Ártico e problematiza o presente e o futuro de uma população minoritária- os Sámi - , perante a dinâmica das alterações climáticas, do extrativismo e exploração de recursos e de afirmação dos diferentes Estados da região.

A integração das minorias nos sistemas estatais reguladores é um dos temas fundamentais para aferir um dos focos desta obra- a coesão interna da Europa. Neste caso, não se trata da geografia de imigrantes recém-chegados, como foi amplamente debatido nalguns dos textos aqui publicados, mas de grupos populacionais que antecederam a criação dos próprios Estados desta região.

Finalizada esta viagem por oito capítulos, aqui se dá a conhecer um conjunto articulado e oportuno de temas que abrem caminhos amplos de investigação futura. Lidos e interpretados na sua sequência e a partir de diferentes referenciais de observação, estes autores tomaram o pulso de uma Europa e de um mundo em aberto, que devemos acompanhar, sempre com um olhar crítico e um posicionamento que nos permita atravessar tempos e escalas de análise.

(Página deixada propositadamente em branco)

SÉRIE
RISCOS E CATÁSTROFES

Títulos Publicados:

- 1 *Terramoto de Lisboa de 1755. O que aprendemos 260 anos depois?*
- 2 *Sociologia do Risco;*
- 3 *Geografia, paisagem e riscos;*
- 4 *Geografia, cultura e riscos;*
- 5 *Alcáçache. 30 anos depois;*
- 6 *Riscos e crises. Da teoria à plena manifestação;*
- 7 *Catástrofes naturais. Uma abordagem global;*
- 8 *Catástrofes antrópicas. Uma aproximação integral;*
- 9 *Catástrofes mistas. Uma perspectiva ambiental;*
- 10 *Contribuições da Geografia para o Ensino dos Riscos.*
- 11 *Contributos da Sociedade para a Redução do Risco de Populações Vulneráveis;*
- 12 *Contributos da Formação para a Redução do Risco;*
- 13 *Confianças e medos na Europa contemporânea: redes, asilo e minorias*

Tomos em preparação:

- 14 *Migrações, Multiculturalidade e Vulnerabilidade Social. Visões Interdisciplinares da Europa e do Mundo;*
- 15 *Os Riscos e a Energia;*
- 16 *Contributos da Ciência para a Redução do Risco;*
- 17 *Riscos antrópicos e geopolítica;*
- 18 *Populações, Migrações e Vulnerabilidades.*

(Página deixada propositadamente em branco)

João Luís Fernandes. É Professor do Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Subdiretor da mesma Faculdade para as áreas da internacionalização e da inovação; Vice-Presidente da Direção da RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança; e investigador no CEIS20- Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra. Tem interesses e desenvolvido trabalho nas áreas da Geografia Cultural e da Geografia Política.

Fátima Velez de Castro. É Professora no Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Diretora do Mestrado em Ensino de Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário da FLUC; investigadora no CEIS20 onde coordena, em conjunto com João Luis Fernandes, o Grupo 2 – Europeísmo, Atlanticidade e Mundialização; e Presidente da Direção da RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. Os seus principais temas de investigação são na área do Ensino de Geografia (formação inicial docente); Geografia e Riscos Sociais; Geografia das Migrações.

RISCOS
E CATÁSTROFES



||U **IMPRENSA DA**
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS